



**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém 35 questões de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Para preencher a Folha de Respostas, fazer rascunhos etc., use, exclusivamente, caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



O texto abaixo servirá de base para as questões de 01 a 06.

### Com a força de um trator

*A primeira mulher a operar máquinas pesadas no Estádio Mané Garrincha conta como superou o preconceito e mudou os rumos de sua carreira*

Eunice da Silva Oliveira teve de aprender cedo a superar desafios. Ficou viúva cedo e precisou sustentar sozinha a filha de 11 meses. Hoje, aos 39 anos, orgulha-se em dizer que Thaís, que tem 18, já está na faculdade, incentivada pelo perfil trabalhador e arrojado da mãe. Características que afloraram novamente em 2011, no canteiro de obras do Estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF). Oito meses depois de ser admitida para serviços de limpeza, Eunice foi promovida. Assumiu a direção de uma empilhadeira e passou a ser a primeira mulher a operar máquinas pesadas na obra.

O salário aumentou de 730 para 4.200 reais. Entre as novas atribuições, estavam empilhar e suspender meia tonelada de tijolos por dia. “Nunca tive medo de pegar no pesado”, diz. Eunice já tinha carteira de habilitação, mas foi selecionada para a vaga após um curso de condução de veículos pesados de três dias.

Reconstruída, a arena Mané Garrincha teve sua capacidade ampliada de 45.000 para 70.800 lugares, obra que custou 1,2 bilhão de reais e levou 1.027 dias para ficar pronta.

### Olhar feminino

No começo, ela lutou para se familiarizar com o novo universo. Além da tensão por causa da enorme responsabilidade, Eunice enfrentou algumas piadinhas machistas. “Sempre tinha um que soltava uma graça, ‘cuidado que é mulher no volante’, mas a maioria me dava apoio”. Operando uma das empilhadeiras, virou exemplo de superação entre os operários. “Não acho que é um serviço só para homens e muito menos que deixo de ser feminina”, afirma Eunice, que não abria mão do batom antes de iniciar a jornada de trabalho.

Com o dinheiro que ganhou na obra da Copa, Eunice quitou suas dívidas, reformou a casa e comprou um carro novo. “E ainda consegui guardar um dinheirinho na poupança”, conta. Estimulada pela experiência no Mané Garrincha, Eunice quis permanecer no setor da construção civil. Após a conclusão da arena, fez questão de tirar carteira de habilitação na categoria D para também poder dirigir ônibus, caminhões e outros tipos de tratores. Passou cinco meses desempregada, até ser contratada por uma empresa em Brasília, e hoje segue dirigindo veículos pesados. “As empreiteiras em geral dão preferência aos homens, mas acabei conseguindo por causa da minha experiência no Mané Garrincha”.

E, mesmo não sendo muito fã de futebol, a operária pretende viver a emoção de assistir a pelo menos um jogo no estádio que ajudou a erguer. “Sempre que passo lá, bate uma saudade daqueles tempos. Foi um trampolim para mim e para muitos amigos que tive o prazer de conhecer”.

Abril na Copa – Edição especial. **Placar**. São Paulo: Editora Abril, n. 1391, jun. 2014. [Adaptado]

01. A intenção comunicativa dominante no texto é

- A) defender o posicionamento de que a mulher, caso queira aumentar suas chances no mercado de trabalho, precisa se capacitar.
- B) problematizar, a partir de um caso específico, a situação da mulher que opta por seguir carreiras consideradas masculinas.
- C) apresentar a trajetória de superação profissional da primeira mulher a operar maquinário pesado no Estádio Mané Garrincha.
- D) criticar a falta de espaço para as mulheres, em determinados nichos mercadológicos dominados pelos homens.

- 02.** Levando-se em conta a relação entre título e texto, é correto afirmar que
- A)** existe inconsistência entre eles, uma vez que não se pode estabelecer conexão semântica entre o título e o assunto abordado no texto.
  - B)** há coerência entre eles, pois o título sinaliza a temática desenvolvida no texto.
  - C)** há incoerência entre eles, uma vez que o texto tangencia a temática indicada pelo título.
  - D)** existe consistência entre eles, pois o autor tem a intenção deliberada de confundir o leitor sobre o assunto tratado no texto.
- 03.** A relação entre o texto e os prováveis leitores da revista em que foi publicado é
- A)** inadequada, pois, numa publicação intitulada Abril na Copa, espera-se que se fale diretamente de futebol, e não de temáticas adjacentes.
  - B)** questionável, uma vez que, dentre os prováveis leitores da revista, a maioria não se importa com o assunto abordado no texto.
  - C)** problemática, já que o assunto abordado no texto se afasta do esperado pelos leitores da revista.
  - D)** adequada, pois a temática desenvolvida no texto pode interessar ao público leitor da revista.
- 04.** De acordo com as informações presentes no texto, é correto afirmar que
- A)** mulheres são, geralmente, preteridas quando se candidatam a vagas em empregos predominantemente masculinos.
  - B)** pessoas sofrem preconceito ao tentar seguir determinadas carreiras, exceto quando procuram se capacitar constantemente.
  - C)** mulheres com experiência profissional registrada acabam conseguindo emprego, mesmo concorrendo com homens mais capacitados.
  - D)** pessoas arrojadas e trabalhadoras também enfrentam dificuldades de arranjar emprego, mas em grau menor que as demais.

**As questões 05 e 06 referem-se ao trecho a seguir.**

Após a conclusão da arena, fez questão de tirar carteira de habilitação na categoria D para também poder dirigir ônibus, caminhões e outros tipos de tratores.

- 05.** A palavra destacada, no trecho, funciona como
- A)** preposição, estabelecendo relação semântica de consequência entre duas orações.
  - B)** preposição, estabelecendo relação semântica de causa entre dois períodos.
  - C)** conjunção, estabelecendo relação semântica de explicação entre dois períodos.
  - D)** conjunção, estabelecendo relação semântica de finalidade entre duas orações.
- 06.** Mantendo-se o sentido e obedecendo-se às regras de pontuação do padrão culto da língua portuguesa, a opção que apresenta a reescrita correta do trecho é:
- A)** Com o intuito de também poder dirigir ônibus, caminhões e outros tipos de tratores, após a conclusão da arena fez questão de tirar carteira de habilitação na categoria D.
  - B)** Fez questão de tirar carteira de habilitação na categoria D mas também de poder dirigir ônibus, caminhões e outros tipos de tratores após a conclusão da arena.
  - C)** Fez questão de tirar carteira de habilitação na categoria D, após a conclusão da arena a fim de também poder dirigir ônibus, caminhões e outros tipos de tratores.
  - D)** Com o intuito de também poder dirigir ônibus, caminhões e outros tipos de tratores, fez questão de tirar carteira de habilitação, na categoria D, após a conclusão da arena.

O texto a seguir servirá de base para as questões de 07 a 10.

### Estresse e obesidade passam de pai para filho

*Viver em condições ruins pode desativar genes; mudanças são permanentes e transmitidas para descendentes.*

*Por Salvador Nogueira*

A sua genética está escrita, e é ela que você vai transmitir para os seus filhos – não importa o que você faça durante a vida. Isso é o que Darwin nos ensinou. Mas talvez não seja toda a verdade. Pesquisadores da Universidade de Zurique encontraram evidências de algo que muitos cientistas vinham suspeitando nos últimos anos: o que você passa durante a vida pode modificar seu DNA, gerando alterações que são transferidas aos descendentes. O código genético de uma pessoa é afetado pelo ambiente. Certas situações têm o poder de ativar ou desativar certos genes. **Isso** já era bem conhecido e aceito pela ciência. Mas muitos especialistas acreditavam que as modificações fossem zeradas na geração seguinte, ou seja, não passassem dos pais para os filhos. O novo estudo descobriu que, sim, elas passam para os descendentes – e demonstrou como isso acontece. Em testes com ratos, os cientistas suíços constataram que os microRNAs, pequenas moléculas produzidas em situações de estresse, fome, sedentarismo ou obesidade, são incorporados aos espermatozoides e vão parar no feto.

Os descendentes dos ratos submetidos a estresse ou obesidade já nasceram com uma tendência natural, genética, a serem estressados ou obesos – e tudo graças a certos microRNAs, que tinham passado de geração a geração. “O mecanismo me parece bastante plausível, e aparentemente os experimentos foram bem desenhados”, afirma Sandro de Souza, biólogo molecular da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

**Superinteressante.** São Paulo: Editora Abril, n. 335, jul. 2014. [Adaptado]

07. De acordo com o texto, pesquisas científicas recentes

- A) demonstram que a teoria genética de Darwin resta invalidada perante os cientistas da atualidade.
- B) sugerem que, em seres humanos, alterações genéticas são repassadas de pai para filhos.
- C) garantem que os microRNAs incorporados aos gametas femininos vão parar no feto.
- D) discutem se o código genético de uma pessoa pode ser alterado por fatores ambientais.

08. Leia o período a seguir

A **sua** genética está escrita, e é ela que **você** vai transmitir para os **seus** filhos – não importa o que **você** faça durante a vida.

Sobre as palavras destacadas, é correto afirmar:

- A) Classificam-se, respectivamente, como: pronome possessivo, pronome de tratamento, pronome demonstrativo, pronome de tratamento.
- B) Referem-se aos participantes da situação enunciativa, ou seja, os possíveis leitores do texto.
- C) Explicitam a relação formal que a revista tenta manter com seus leitores.
- D) Traduzem formas de referência cujo objetivo é retomar a figura do autor como integrante da situação enunciativa.

**As questões 09 e 10 referem-se ao período a seguir.**

“(1) O novo estudo descobriu (2) que, sim, elas passam para os descendentes – (3) e demonstrou (4) como isso acontece”.

**09.** Nesse período, o termo em destaque

- A)** antecipa uma informação constante no último parágrafo.
- B)** tem o mesmo referente do pronome “Isso” sublinhado no texto.
- C)** remete a uma informação dada anteriormente.
- D)** refere-se à expressão “O novo estudo”.

**10.** Em relação às orações numeradas no período em análise, é correto afirmar:

- A)** a oração 1 ilustra um caso de sujeito paciente.
- B)** a oração 3 ilustra um caso de sujeito indeterminado.
- C)** a oração 4 exerce a função de objeto indireto da oração 3.
- D)** a oração 2 exerce a função de objeto direto da oração 1.

11. Com relação ao Código Penal brasileiro, é correto afirmar que:

- A) A divulgação indevida de conteúdo sigiloso de concurso público com o fim de obter vantagem constitui mera irregularidade administrativa.
- B) A falsificação de documento particular não é considerada crime, representando mera irregularidade do documento, resolvendo-se apenas na esfera cível.
- C) Aplica-se a lei brasileira aos crimes cometidos em aeronave privada de bandeira holandesa que esteja sobrevoando o espaço aéreo brasileiro.
- D) Exigir para si vantagem indireta em razão de função, somente configura o crime de concussão se o agente já houver assumido a respectiva função.

12. Com relação à Constituição Federal de 1988, leia as seguintes afirmativas.

I	É classificada como uma constituição sintética, por possuir muitos artigos e abordar muitos ramos do direito.
II	Muito embora não tenha tido vacatio legis, possui normas que não entraram em vigor em 05 de outubro de 1988.
III	Prevê expressamente a separação e a harmonia dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
IV	Prevê expressamente o princípio do duplo grau de jurisdição.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) II e III.

13. O município M elaborou uma lei L, que determina a gratuidade para a utilização de estacionamento em shopping-center para clientes que realizarem gastos iguais ou superiores a R\$ 20,00 (vinte reais) no estabelecimento. Em face da situação colocada, é correto afirmar que:

- A) De acordo com o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o município não possui competência para tratar de assuntos relacionados ao Direito Civil, pelo que a lei L deve ser considerada inconstitucional.
- B) A lei L está de acordo com os dispositivos constitucionais atinentes às regras de repartição de competência, devendo ser considerada constitucional, já que protege o consumidor.
- C) A constitucionalidade da lei, ainda que ofenda à Constituição Estadual, deve ser questionada unicamente através do controle difuso, já que inexistente instrumento de controle concentrado de constitucionalidade de lei municipal.
- D) A constitucionalidade da lei não depende da averiguação do órgão emissor da norma, pois a falta de competência legislativa gera mera anulabilidade da norma e não a sua inconstitucionalidade.

14. O município M foi criado no ano de 1998, por lei estadual, após a realização de plebiscito junto à população interessada. Com base nessa situação é correto afirmar que:

- A) A criação de novos municípios independe de lei complementar, pois a Constituição Federal prevê todos os requisitos necessários, tendo o art. 18, §4º, CF eficácia plena.
- B) Muito embora o município tenha sido criado em descompasso com o que prevê a Constituição Federal, por força de Emenda Constitucional, sua criação restou convalidada.
- C) A Constituição não estabelece restrições para a criação de novos municípios, sendo a matéria exclusivamente de competência estadual.
- D) A criação de novos municípios depende unicamente da realização de plebiscito junto à população afetada.

15. Um sujeito S ingressa com ação de indenização, de rito ordinário, contra o município M. Com base nessa situação, é correto afirmar que:
- A) O prazo para o município M apresentar contestação é de 60 (sessenta) dias, nos termos do Código de Processo Civil.
  - B) O prazo para o município M apresentar recurso, caso sucumba em primeiro grau, é de 60 (sessenta) dias.
  - C) O prazo para apresentar contestação no procedimento ordinário, nos termos do Código de Processo Civil, é de 15 (quinze) dias e independe da qualidade da parte.
  - D) O município não pode figurar no polo passivo de ação de indenização, já que se trata de pessoa política.
16. Com relação à lei que regulamenta o mandado de segurança, é correto afirmar que:
- A) Da decisão do mandado de segurança, seja qual for a solução dada pelo juiz, cabe apenas recurso ordinário.
  - B) A autoridade apontada como coatora tem o prazo de 60 dias para contestar.
  - C) A pessoa jurídica à qual integra a autoridade coatora não possui qualquer legitimidade para atuar no feito.
  - D) Concedida a segurança, haverá duplo grau de jurisdição obrigatório.
17. Um sujeito S entra com ação de obrigação de fazer contra o município M, pleiteando antecipação de tutela para obtenção de medicamentos para o tratamento de gripe, sendo concedida liminarmente a tutela. Com base nessa situação, é correto afirmar que:
- A) O juiz não poderá ter concedido a antecipação de tutela, pois, de acordo com a jurisprudência, o judiciário não pode dar decisões de caráter liminar contra a fazenda pública.
  - B) Se o sujeito S não for o beneficiário do medicamento, será parte ilegítima, pelo que o processo deve ser extinto por ausência de um dos pressupostos processuais de validade.
  - C) O município poderá apresentar recurso contra a decisão liminar no prazo de 20 (vinte) dias.
  - D) O art. 273 do Código de Processo Civil não permite o pedido de antecipação de tutela quando o pleito tiver natureza cautelar.
18. De acordo com o que prevê a Lei 9099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, é verdadeiro afirmar que:
- A) Os embargos de declaração opostos interrompem o prazo para a propositura do recurso inominado.
  - B) A presença das partes na audiência de conciliação é opcional, não havendo consequências processuais quando ausente qualquer das partes.
  - C) O processo será extinto quando for reconhecida a incompetência territorial.
  - D) O prazo para o recurso contra a sentença é de 15 (quinze) dias.



19. Os atos administrativos são o meio pelo qual a administração pública se expressa. A esse respeito, tendo em vista que esses atos podem ser emanados no exercício de vários poderes, é correto afirmar que:
- A) Considerando a natureza e os efeitos do poder de polícia, os atos administrativos praticados nessa esfera são estritamente vinculados, por refletirem o estrito comando legal.
  - B) O ato administrativo que resulta da vontade única de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro para se tornar exequível, denomina-se ato administrativo complexo.
  - C) É obrigatório ao administrado acatar o ato oriundo do poder de polícia, sendo facultado ao agente público, para fazer valer o seu ato, fazer emprego da força pública em face da resistência do administrado sem que, para isso, dependa de qualquer autorização judicial.
  - D) Não pode haver, em qualquer hipótese, o questionamento em sede judicial, quanto à proporcionalidade dos atos emanados no exercício do poder de polícia, tendo em vista que é vedado ao Judiciário analisar materialmente os atos discricionários.
20. O Sr. João Carlos, de 86 anos de idade, portador de doença em estado terminal, sofreu um acidente vascular cerebral e foi socorrido em sua residência por ambulância do hospital municipal. Durante o percurso, a ambulância veio a colidir com outro veículo, por negligência do condutor deste último, sendo que o Sr. João Carlos não resistiu e veio a óbito. Pedro Paulo, único filho do Sr. João Carlos, pretende ajuizar ação de responsabilidade contra o município. Sobre a responsabilidade do Estado no caso narrado, é correto afirmar:
- A) A demanda lograria êxito, com a aplicação da responsabilidade objetiva, isto é, sem aferição de culpa ou dolo do agente condutor, pois o Estado deve responder pelo risco administrativo referente à condução de pacientes em ambulância.
  - B) Tendo em vista a culpa do condutor do outro veículo, não caberia, em hipótese alguma, a responsabilização do município pela família do Sr. João Carlos, aplicando-se a excludente de responsabilidade denominada “culpa exclusiva de terceiros”.
  - C) O fato de o Sr. João Carlos ser portador de doença em estado terminal, conforme comprovação nos autos, é capaz de excluir a responsabilidade do Estado.
  - D) No direito brasileiro, a administração pública está obrigada a indenizar, mesmo que fique comprovada a culpa exclusiva da vítima.
21. O prefeito de um município deixou de prestar contas no ano de 2013 ao Tribunal de Contas do Estado. Contudo, a omissão não gerou dano ao erário nem enriquecimento ilícito. A esse respeito, é correto afirmar:
- A) O prefeito pode ser punido por improbidade administrativa, sendo aplicável, dentre outras sanções, a multa civil de até duas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, a perda de direitos políticos e a proibição de contratar com o poder público.
  - B) Pode haver punição por improbidade administrativa em decorrência da violação de princípios da administração pública, sem a necessidade de se comprovar o efetivo dano patrimonial ao erário.
  - C) Não poderia haver punição do prefeito, pois a lei de improbidade prevê punição de atos que importem, necessariamente, algum enriquecimento do agente ou algum dano ao erário.
  - D) Na ação de improbidade, ainda que o juiz não se convença da existência de fato ímprobo, deverá obrigatoriamente, receber a petição inicial e dar prosseguimento ao feito, notificando o réu para se manifestar, e só então citá-lo para exercer a sua defesa.

- 22.** O regime jurídico administrativo previsto na Constituição de 1988 limita o conteúdo das regras infraconstitucionais de cada ente federativo, de maneira que, a despeito da possibilidade de o Estado interferir diretamente na esfera particular, esta interferência deve se pautar, essencialmente, pela supremacia do interesse público sobre o privado. Levando em conta este postulado, é correto afirmar que:
- A)** O município pode desapropriar bens imóveis urbanos que não estejam cumprindo a sua função social, desde que tenha anteriormente determinado a edificação, parcelamento compulsório ou utilização compulsória do bem e tenha aplicado o IPTU progressivo no tempo.
  - B)** No caso de situação de iminente perigo público, pode o município utilizar propriedade particular, através da servidão, para atender a finalidade pública momentânea, assegurando o direito à indenização do proprietário no caso de dano.
  - C)** A União pode tomar bens públicos dos estados e municípios, assim como bens particulares; os estados podem tomar bens da União, dos municípios e particulares, mas os municípios, de seu turno, somente podem tomar bens dos particulares.
  - D)** O servidor aposentado em 2014, ainda que tenha preenchido os requisitos para a aposentadoria antes da Emenda Constitucional n.º 41/2003, não tem direito à paridade constitucional e não faz jus às alterações remuneratórias concedidas aos servidores da ativa.
- 23.** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993 e a lei n.º 10.520/2002, que disciplinam as licitações e contratos administrativos no direito brasileiro, afirma-se corretamente que:
- A)** A alienação de bens imóveis da administração depende de prévia licitação na modalidade concorrência, podendo se dar na modalidade leilão quando se tratar de bem adquirido através de dação em pagamento na esfera judicial.
  - B)** A dispensa de licitação é caracterizada pela inviabilidade de competição, como no caso da emergência, em que se torna inviável a realização do certame licitatório, tendo em vista a urgência na contratação de serviços ou aquisição de produtos.
  - C)** Além das modalidades licitatórias existentes na Lei n.º 8.666/93: concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso, foram criadas mais duas modalidades com a Lei n.º 10.520/2002, quais sejam, a consulta e o pregão.
  - D)** O pregão é a modalidade licitatória que deve ser utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo sigiloso todo o seu procedimento para dar mais celeridade e eficiência à contratação.
- 24.** Conforme o Sistema Tributário Nacional, previsto na Constituição de 1988 e no Código Tributário Nacional, é verdadeira a afirmação:
- A)** Ato normativo infralegal pode estender a responsabilidade tributária a alguém que, embora não seja o realizador do fato gerador, tenha com este alguma ligação, sendo denominado de substituto tributário.
  - B)** Pelo princípio da anterioridade tributária, somente pode ser cobrado o tributo se houver fato gerador que o preceda.
  - C)** O fisco não pode cobrar o IPTU do proprietário do bem quando o contrato de locação firmado estabelece que a obrigação é do inquilino.
  - D)** Para cumprir com a função social da propriedade, pode haver a aplicação do IPTU progressivo no tempo, sendo que o valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica, não podendo exceder 15%.

25. De acordo com o regramento constitucional e legal atinente às espécies tributárias, é certo afirmar que:
- A) Para fins de cobrança do ISS, em regra, o serviço é considerado prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.
  - B) Aplicam-se ao Imposto de Renda os postulados da progressividade e da seletividade, os quais, por sua vez, fundamentam-se no fato de que todos devem ser atingidos igualmente pela carga tributária.
  - C) A progressividade do IPTU somente pode ser aplicável após o ano 2000, quando foi criada a possibilidade, pela Emenda Constitucional n.º 29/2000, de instituição de alíquotas progressivas em razão do uso e localização do imóvel.
  - D) O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS poderá ser cobrado em virtude da realização de serviços prestados por trabalhadores com vínculo empregatício, isto é, com relação de trabalho regida pela CLT.
26. Quanto às disposições legais relativas à obrigação tributária, ao crédito tributário e ao Processo Tributário, é verdadeira a afirmativa:
- A) O IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – e o ISS – Imposto sobre Serviços – são exemplos de tributos lançados por declaração.
  - B) A ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária somente pode ser ajuizada após a constituição do crédito tributário, sob pena de falta de interesse de agir.
  - C) A obrigação tributária, em razão de sua inobservância, converte-se em obrigação principal no que tange à penalidade aplicada.
  - D) A prescrição tributária é contada a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que poderia se dar o lançamento do tributo.
27. A respeito do Direito Previdenciário, é correto afirmar que:
- A) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, preenchida unicamente a seguinte condição: sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.
  - B) O ministro de confissão religiosa e o membro do instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, são segurados obrigatórios da previdência social, na qualidade de segurado especial.
  - C) Para fins previdenciários, a única diferença entre empresa e empregador doméstico é que a primeira se caracteriza por exercer atividade unicamente com fins lucrativos, e o segundo, não.
  - D) De acordo com o princípio da universalidade da cobertura do art. 194, todas as situações que configurarem riscos sociais devem estar compreendidas no âmbito de proteção do sistema de seguridade.
28. A Constituição Federal disciplina que “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo:

I	Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os seguintes segurados: o empregado e o segurado especial, em decorrência da necessidade de segurança jurídica na ordem previdenciária.
II	Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenham incidido contribuições previdenciárias, exceto o décimo-terceiro salário.
III	Para a concessão do salário-maternidade à segurada empregada é considerado o salário-de-contribuição, sem que haja exigência social, pela previdência social, de carência para conceder o referido benefício.
IV	Segundo a Constituição Federal, nas entidades fechadas de previdência complementar, instituídas por pessoa jurídica de direito público e sociedade de economia mista, a contribuição do patrocinador poderá exceder a do segurado.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e III.                      B) II e III.                      C) III e IV.                      D) I e IV.**

- 29.** Nos termos da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Nesse sentido, as pessoas jurídicas podem ser penalizadas pelos crimes praticados contra o meio ambiente, além de responder civil e administrativamente. Sobre a responsabilização penal da pessoa jurídica, é correta a afirmação:
- A)** A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui completamente a responsabilidade das pessoas físicas, em decorrência do princípio do bis in idem, já que há a responsabilidade civil objetiva.
  - B)** É preciso constatar que a infração ambiental tenha sido praticada no interesse da pessoa coletiva, onde ainda haverá a responsabilidade civil objetiva e a administrativa, caso seja configurada a conduta ilícita.
  - C)** É necessária a imputação também da pessoa física que atua no interesse ou em nome da pessoa jurídica, em vista da importância do executor do delito para o reconhecimento do crime, conforme posicionamento do Superior Tribunal Federal.
  - D)** A existência da responsabilidade penal exclui a responsabilidade civil, pois a empresa não pode ser obrigada a reparar os danos e também arcar com outras penalidades. Tal possibilidade acarretará em dupla punição pelo mesmo fato.
- 30.** No que concerne ao licenciamento ambiental, conforme os regramentos da Lei Complementar nº 140/2011, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput, e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis à matéria, é correto que:
- A)** Os pedidos de licenciamento ambiental e a respectiva concessão, com exceção de sua renovação, serão publicados no diário oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.
  - B)** Baseada no princípio da informação consagrado pela Constituição Federal, no procedimento do licenciamento ambiental, a realização de audiência pública é imprescindível, para expor aos interessados as informações do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
  - C)** Na hipótese de implantação de um aeroporto em área que abrange dois estados, obra considerada pela legislação como de significativo impacto ambiental, a competência licenciatória está afeta à União.
  - D)** A equipe multidisciplinar encarregada da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental deve, obrigatoriamente, ter seu registro no Cadastro Técnico Federal administrado pelo CONAMA.
- 31.** A respeito dos princípios do Direito Ambiental, é certo afirmar:
- A)** Em consonância com o princípio socioambiental da propriedade rural, a administração pública pode impor limites ao uso dos recursos naturais.
  - B)** A Constituição Federal, no caput do seu art. 225, consagrou o princípio do poluidor-pagador.
  - C)** De acordo com o princípio da ubiquidade, o poluidor é obrigado a reparar o dano ambiental.
  - D)** Não constitui princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos o princípio do protetor-recebedor, pois a Lei nº 12.305/10 tem como meta a recuperação de lixões.
- 32.** No que concerne ao Direito Ambiental, afirma-se corretamente que:
- A)** A responsabilidade ambiental na esfera civil pode ser subjetiva, ou seja, depender da culpa da pessoa infratora, quando for constatado caso fortuito ou força maior.
  - B)** O Cadastro Técnico Federal de Atividades destina-se ao registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais e/ou que exerçam atividade e utilizem instrumento de defesa ambiental.
  - C)** O zoneamento ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental, o Cadastro Técnico Federal e o CONAMA são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
  - D)** O pagamento de sanção pecuniária imposta pelos estados, municípios, distrito federal ou territórios não substitui a multa federal aplicada na mesma hipótese de incidência.

**33.** A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657, de 04 de setembro de 1942) trata da vigência e da eficácia das normas jurídicas e estabelece que a elaboração de normas deve seguir o disposto na Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998. É correto afirmar que:

- A)** Mesmo diante da existência de regra de transição, a contagem do prazo prescricional somente terá início a partir do início da vigência da nova lei, em decorrência do princípio da segurança jurídica.
- B)** A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua condução integral.
- C)** Como houve silêncio na lei publicada quanto ao início de sua entrada em vigor, caberá ao juiz estabelecer o prazo de início de sua vigência. Caso isso não ocorra a lei deve ser declarada inconstitucional, pois não mais vigoram as disposições da Lei de Introdução ao Ordenamento Jurídico Brasileiro a respeito da *vacatio legis*.
- D)** Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. Quanto à prescrição, o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no enunciado 445 é no sentido de que, decorrido o prazo da *vacatio legis*, a lei entra em vigor imediatamente, porém não alcança todas as situações jurídicas.

**34.** A respeito das pessoas naturais e jurídicas, considere as seguintes assertivas:

I	O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.
II	Em relação à minoridade, a incapacidade cessará quando o menor completar dezoito anos ou nos casos de emancipação, que pode ocorrer com a concessão de qualquer um dos pais, mediante simples declaração de vontade.
III	A desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer quando houver abuso da pessoa jurídica, limitando-se a alcançar os bens particulares dos administradores ou sócios.
IV	A lei não confere ao Ministério Público a legitimidade para requerer a declaração de ausência do desaparecido.

Das afirmativas, estão corretas

- A)** I e II.
- B)** II e III.
- C)** I e III.
- D)** II e IV.

**35.** O ordenamento jurídico brasileiro reconhece como fontes das obrigações as mediatas (como o contrato, a declaração unilateral de vontade e ato ilícito) e as imediatas (como a Lei). Dessa forma, a respeito das obrigações e dos contratos, a opção correta abaixo é:

- A)** Os contratos devem ser interpretados com base em princípios, entre estes destaca-se o da função social. Este princípio, entretanto, encontra limite no princípio da autonomia da vontade, que se sobrepõe à função social, considerando a segurança jurídica.
- B)** No que tange às obrigações, o Código Civil disciplina que perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos. No mesmo sentido, quando houver culpa de todos os devedores, todos responderão por partes iguais.
- C)** A doação é o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. Entretanto, o doador é obrigado a pagar juros moratórios e está sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório.
- D)** Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes transfere o domínio de certa coisa, determinada ou determinável, e a outra parte paga-lhe certo preço em dinheiro ou moeda estrangeira, conforme previsto no contrato.